

INTELECTUAIS CONSERVADORES E A LUTA PELO PODER: Le Bon, Sorel, Action Française e Integralismo Lusitano

Intellectuals Conservatives and the struggle for power: Le Bon, Sorel, Action Française and Integralismo Lusitano

Felipe
CAZETTA

Universidade Estadual
de Montes Claros (UNI-
MONTES)

felipecazetta@yahoo.com.br

RESUMO

Os intelectuais constituem grupo de abundante produção escrita, reflexo da produção de projetos políticos e filosóficos. Embora de restrita dimensão numérica, organizam-se de forma complexa e fragmentada, em pequenos grupos. A especificidade na relação de sociabilidade e na partilha de projetos políticos são elementos agregadores dos intelectuais em seus distintos grupos. Diante desta constatação, o presente artigo tem como proposta a análise das obras e concepções de alguns intelectuais conservadores e/ou de extrema-direita, inseridos entre os finais do século XIX e primeiras décadas do XX, no intuito de destacar, por meio de exames, as posições distintas entre eles, ainda que se considere entenderem-se e serem vistos como intelectuais, e se posicionarem em correntes reacionárias em relação à democracia e ao liberalismo.

Palavras-chave: Intelectuais; Conservadorismo; Extrema-direita.

ABSTRACT

Intellectuals are group of abundant written production, reflecting the production of political and philosophical projects. Although restricted numerical size, are organized in a complex and fragmented small groups. Specificity sociability relationship and the sharing of political projects are aggregators elements of intellectuals in their different groups. Faced with this problem, the article proposes the analysis of the works and ideas of some conservative intellectuals and / or extreme right, inserted between the late nineteenth century and early twentieth, in order to highlight, through examinations, the different positions between them, although it is considered to understand and be seen as intellectuals, and position themselves in current reactionary towards democracy and liberalism.

Keywords: Intellectuals; Conservatism; Extreme right.

Os intelectuais são grupo diminuto se considerado seu quantitativo, sobretudo quando abordados outros objetos de estudo, tais como o operariado e o mundo do trabalho de modo geral, a escravaria em sua pluralidade étnica e complexidade identitária no período do Império brasileiro, entre outros. Deste modo, os “intelectuais” – como foco de investigações – oferecem plasticidade limitada para determinadas técnicas de análise, como os levantamentos seriais, em vista de seu reduzido número.

Por outro lado, os intelectuais têm produção intensa de fontes em razão da escrita ser uma das principais formas de expressão, protesto e exposição política vislumbrada pelo que estamos delineando como grupo. Os contornos vagos e pouca precisão nos limites definidos conceitualmente à categoria de “intelectual” foram apontados por Jean François Sirinelli (2003, p. 234). Tal dificuldade foi agravada pela rejeição ao objeto de pesquisa, em detrimento do “entusiasmo pelas ‘massas’” (SIRINELLI, 2003, p. 235). Fato que delegou ao ostracismo nos anos 1920, a História Intelectual, juntamente à História Política até os anos 1970, quando tais correntes foram revitalizadas, destaque ao esforço de René Rémond, materializado pela obra *Por uma História Política*, classificada como um “verdadeiro manifesto do retorno da política” por Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p. 18).

Os intelectuais são formadores de visões e leituras de mundo consolidadas por meio de redes de sociabilidades. Em virtude da necessidade de firmarem-se no campo em que se lançam como referenciais, constituem pequenos grupos, geralmente por intermédio de revistas. Logo, embora possuam intensidade de material publicado, organizam-se em movimentos ou coligações restritas, o que fornece o aspecto fragmentado, variado e complexo à definição de “intelectual”.

Portanto, deve estar clara a artificialidade da categoria “grupo” em referência aos intelectuais, por atender tão somente aos objetivos de organizar o universo analítico que se tem proposta de investigar. A advertência deve ser feita em razão da heterogeneidade de correntes de pensamento, concepções e espaços de sociabilidade criados pelos intelectuais para se identificarem entre si e separarem-se dos demais, sejam eles outros intelectuais ou não.

É vetado compreendê-los como classe ou como componentes de qualquer identidade que fuja de seu grupo restrito e bem definido. É explícito este apontamento em virtude dos intelectuais não se guiarem pelos mesmos interesses políticos, econômicos ou sociais de forma homogênea. Tampouco as classes de que são provenientes são as mesmas, o que interfere na trajetória e na forma de sociabilidade estabelecida pelos indivíduos. Por outro lado, Karl Mannheim (1987 p. 137) afirmava que: *“Es cierto que gran parte de nuestros intelectuales proviene de una clase de rentistas, cuyos ingresos se derivan directa o indirectamente de rentas y de intereses sobre determinadas inversiones”*. Porém, a origem dos intelectuais não deve ser entendida rigidamente.

Embora Mannheim detectasse a matriz familiar economicamente próspera destes in-

divíduos, Lewis Coser percebeu a fragmentação do monopólio da aristocracia em produzir a chamada *intelligentsia*, diante da ampliação dos espaços de sociabilidade para além do ambiente de corte. Os *cafés*, difundidos com a ascensão dos costumes burgueses no século XIX, contribuíram para o intercâmbio diário, livre dos obstáculos impostos pela diferença de nascimento, classe ou posição social e econômica (COSER, 1980, p. 37).

Com a expansão dos *cafés* como espaço de reunião e sociabilidade, houve a difusão dos debates e ideias, a formação e projeção de novos pensadores, não mais monopolizados pela representação da nobreza. O caráter transversal em relação às classes, quando referido à intelectualidade, tornou-se evidente. Cabe ressaltar que não foram os *cafés* os responsáveis pela formação dos intelectuais externos à nobreza, mas contribuíram, em grande medida, para sua projeção em vista da configuração como espaço de contato com outros pensadores.

As classes possuem a capacidade de gerar seus próprios intelectuais, anterior à difusão dos hábitos burgueses. Afinal, Gramsci (1982, p. 3) afirmou que “cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais [...]”. Com a difusão dos debates e a ampliação da circulação e do intercâmbio de pensamentos, houve maior potencial de gerar novos intelectuais, desvinculados das camadas mais abastadas.

As disposições a intervir na política, não apenas em assuntos institucionais, mas também na elaboração de ideologias e projetos que norteassem a ação política, firmaram-se nas camadas burguesas e obreiras. Com maior regularidade, os intelectuais elaboraram projetos de Estado e ambições de atingirem ou influenciarem o poder de decisão central.

Porém, a relação entre intelectuais e o poder é demarcada pela instabilidade. A desconfiança de ambos se faz em razão dos políticos questionarem o baixo pragmatismo e as perspectivas pouco realistas sustentadas pelos pensadores. Por outro lado, estes veem com desprezo as alternativas imediatas, voltadas tão somente ao ofício prático e cotidiano de tomada de decisões pelos homens do poder. Deste modo, as finalidades de luta pelo poder são diversas entre os políticos e os pensadores, todavia, não sejam necessariamente excludentes (BOBBIO, 1997, p. 91-92).

Além desta indisposição entre as finalidades mantidas pelos homens do poder político institucional e os homens de letras, há a diversidade de posições políticas sustentadas pelos próprios intelectuais ao longo de sua trajetória. Esta flexibilidade ideológica contribui para a desconfiança tanto dos homens no poder, quanto daqueles que são representados pelos intelectuais que se colocam na liderança de grupos de pressão política.

Além destes aspectos, Mannheim sustenta a pouca fidelidade e vínculo identitários destes com os grupos profissionais, econômicos ou sociais de onde são derivados. Conforme dito, são incapazes de serem inseridos em classe definida ou partidos intelectuais,

em consequência desta pluralidade de concepções e anseios possíveis de serem sustentados, senão, individualmente ou por pequenos grupos de intelectuais dispostos a influir ou tomar de assalto a política. Nestes termos, Mannheim (1987, p. 138) defende não ser a atividade do pensamento *"privilegio de una clase rigurosamente definida, como el clero, sino más bien un estrato social, en gran parte desligado de cualquier clase social y que se recluta en un área cada vez más extensa de la vida social"*. Portanto, tornam-se autônomos em relação às suas classes de origem, com a capacidade de organizarem projetos políticos desvinculados de identidade de grupo social, político ou econômico do qual foi gerado.

Isto contribui, em certa medida, para que alguns grupos coloquem-se como elites do pensamento e interditem seu contato com camadas subalternas da sociedade. Em outras palavras, fecham-se ao acesso dos elementos externos, e enxergam as "massas" como inferiores e não merecedoras da participação política. Portanto, condenam a Revolução Francesa por ter proporcionado o acesso da população ao poder e, conseqüentemente, sustentam projetos antidemocráticos e condenam ao liberalismo político. Podem ser citados como exemplos de conservadorismo os componentes da *Action Française* e do Integralismo Lusitano, neste caso.

Por outro lado, conforme será analisado, há a possibilidade de ocorrer a organização de grupos com interesses na "mobilização de massas", porém, inserida em hierarquização coesa, rígida, onde evidentemente a liderança seja ocupada pela elite intelectual. Tal estrutura política e social de participação na política foi concebida, entre outros, por Sorel.

Percebe-se, portanto, a divergência entre os pensadores e seus grupos, considerada a multiplicidade de correntes de pensamento norteadoras. Assim, a ideologia elaborada internamente pelos grupos intelectuais é formada pela consequência da interação cultural e política estabelecida entre seus elementos. Estas ações determinam a elaboração de projetos futuros e a própria identidade e sociabilidade entre seus membros.

Diante de aspectos heterogêneos, o que faz os intelectuais serem identificados e identificarem-se enquanto tais? Coser (1980, p. 19) destaca duas condições como resposta para a questão: primeiro, a capacidade de ser identificado socialmente, por uma coletividade, um grupo de pessoas que possa dirigir-se e receber o reconhecimento; e segundo, a reunião frequente com seus pares, desenvolvimento de normas comuns e consolidação da sociabilidade intelectual. Deste modo, não basta somente o autorreconhecimento, mas o intelectual carece de identificação do grupo para o ser e sustentar-se como tal.

Outra questão candente que envolve a pluralidade e heterogeneidade dos grupos em questão está na capacidade de organizarem-se politicamente, considerada a diversidade de pensamento e concepções ideológicas. Para a existência da organização política Norberto Bobbio (1997, p. 31) aponta para a necessidade da crença exercida pelos próprios intelectuais, de constituírem categoria distinta do restante da sociedade de determinado país; e que essa categoria exerça ou acredite exercer função política específica e distinta de todas as outras categorias ou classes daquela sociedade. Deste modo, colocam-se em

posição de proeminência e importância em relação ao restante da população.

Os aspectos destacados tornam-se visíveis, sobretudo com o esgotamento das concepções do iluminismo entre os finais do século XIX e início dos anos 1900. A *Action Française* é um bom exemplo da forma como alguns intelectuais tornaram-se contrários ao iluminismo, expondo seu conservadorismo antidemocrático. O movimento surgiu em momento político ambíguo, quando as democracias expandiam-se pela Europa e, da mesma forma, o liberalismo político e econômico recebia oposição de setores da elite e das classes médias em decadência. Consequência do momento político vivido nos finais do século XIX, o movimento francês abordou seus alvos de ataque de forma unificada, interpretando os problemas nacionais como originários de uma mesma causa (CAZETTA, 2016, p. 60).

A *Action Française* interpretou os males nacionais a partir de uma origem definida, sendo as crises posteriores, desdobramentos do foco inicial. Este aspecto pode ser observado na citação: "O espírito democrático é protestante ou judeu, ele é semita ou germânico, ele não vêm de nós" (MAURRAS, 1916, p. 124, tradução livre). Sob esta perspectiva, o espírito democrático seria fenômeno estrangeiro, proveniente de regiões e etnias vistas por Charles Maurras, principal liderança, como bárbaras, ou seja, os alemães e os judeus. Resultante deste espírito democrático a Revolução Francesa não possuiria seus moldes na França, sendo concebida por Lutero e pelo protestante Jean-Jacques Rousseau. Assim, "A declaração dos Direitos expressa por Rousseau e por Lutero, quer dizer um retorno ao individualismo bárbaro de fonte germânica. E o Terror exprime uma barbárie de mesma origem" (MAURRAS, 1917, p. 232, tradução livre).

O caso da *Action Française* é significativo para a proposta do artigo, que é a percepção e análise dos projetos políticos e a relação entre os intelectuais conservadores e/ou de extrema direita com indivíduos fora do seu espaço de sociabilidade. O movimento liderado por Charles Maurras não apenas influenciou outros movimentos congêneres, conforme o caso do Integralismo Lusitano, como foi canalizador dos intelectuais conservadores e/ou de direita extremista, caso de Georges Sorel ao fim de sua vida.

Neste sentido, o final do século XIX é interpretado por estes indivíduos como momento de crise de uma civilização, e o confronto entre a redefinição e permanência. Zeev Sternhell (1978, p. 22-23) entende o período como espaço de retomada das tradições seculares, sinal da crise moral e intelectual que se apresentava. A luta de classes e o materialismo foram substituídos, por parcela da elite intelectual na França, pelo determinismo biológico e pelo darwinismo social como ferramenta explicativa das relações das sociedades e das populações.

Tais concepções contribuíram para a consolidação do nacionalismo que ascendia no período de expansão imperialista. A confirmação da superioridade da "raça nacional" encontrou adesão entre os intelectuais da extrema-direita europeia e, por outro lado, rivalizava com as bases da democracia, fixadas na igualdade política entre os membros da população, e não na diferenciação de suas camadas sociais. Com a finalidade de ilustrar

esse período de descrédito da democracia por estes grupos, Sternhell, Sznadjer e Asheri (1994, p. 76, tradução livre) afirmam:

Os sorelianos partilharam com nacionalistas o horror à democracia burguesa, ao século do iluminismo, ao espírito secular, e a revolução Francesa, mas também partilharam um respeito pelas tradições e culturas clássicas. [...]. O antimaterialismo foi indubitavelmente o denominador comum [entre sorelianos e adeptos do pensamento de Charles Maurras] e ponto de encontro das duas correntes dissidentes do período.

Deste modo, a chamada geração de 1890 presenciou o desenvolvimento técnico e tecnológico e os avanços científicos. Por outro lado, foi testemunha da acentuação da exploração e da miséria, consequente de tais modificações nas formas de produzir. Assim, atribuíram à ciência, ao progresso industrial, ao materialismo e ao iluminismo os sinais da deterioração da civilização. Estes sentimentos foram partilhados com vigor entre os intelectuais franceses e tiveram ressonância entre os pensadores do conservadorismo lusitano, em razão das relações francófonas.

A seguir, serão analisados os discursos e as propostas políticas de alguns indivíduos e grupos que se inserem nos aspectos supracitados. Dito de outro modo, o artigo passará em revista grupos tais como a *Action Française* e o Integralismo Lusitano, considerados movimentos ou grupos de extrema direita, porém de baixa mobilização popular. Individualmente, serão examinadas algumas obras de Le Bon e de Sorel no intuito de observar suas propostas e especificidades, embora inseridas na direita extremista ou que fomentaram propostas acolhidas ou criadas por estas.

As diferentes concepções e projetos de intelectuais conservadores e extremistas de direita

Compreender todos intelectuais como nutridos pela ambição de atingir o poder seria generalizar, e assim entendê-los como categoria homogênea, o que, conforme já apresentado, constitui equívoco. Por outro lado, o contingente que pretende interferir no poder não o faz de forma unívoca. Em virtude da diversidade de concepções político-ideológicas, as ações com a finalidade de alcançar o poder são fluidas, por consequência. Com base neste aspecto, as categorias lançadas por Coser são pertinentes para a compreensão dos intelectuais e seus grupos de sociabilidade analisados a seguir.

A tomada do poder de forma direta não é um projeto frequente sustentado pelos intelectuais, em vista dos riscos envolvidos. Porém, em situações de instabilidade institucional, abre-se a oportunidade para lançarem-se ao poder. Este aspecto não afasta a possibilidade, em períodos de estabilidade institucional, do intelectual, em ação individual ser eleito para ocupar assentos na assembleia ou ao lado dos homens de poder como conselheiros. Todavia, a tentativa de imposição de um projeto próprio e pertencente ao grupo, para o Estado, seria tomada somente no que Coser (1980, p. 147) chama de "períodos revolucio-

nários". Assim, o sociólogo elabora categorias para definir as formas de inserção ou tomada de poder.

A primeira categoria de intelectuais apontada por Coser e já mencionada indiretamente, é composta pelos *Intelectuais no Poder*. Os principais exemplos são os jacobinos da Revolução Francesa e os bolcheviques da Revolução Russa, como *Críticos do Poder*. Conforme as referências ilustram, são aqueles que, em grupos, avançam em momentos de instabilidade, no intuito de colocar em prática o projeto estabelecido. Em vigor, a "política rotineira, os assuntos do Estado demonstram ser impermeáveis aos intentos dos intelectuais em ascender politicamente" (COSER, 1980, p. 147, tradução livre). Para este tipo de ação, portanto, são necessárias condições muito específicas para desencadear a radicalização dos intelectuais em relação aos seus anseios políticos.

Por outro lado, há a possibilidade de buscar transformar o governo por meio da influência interna, como conselheiros com impacto nas decisões do homem do poder. Em lugar da tomada do poder de assalto, podem tentar converter e aconselhar na tomada de decisão, *agindo de dentro do poder* (COSER, 1980, p. 148).

Em outro aspecto, em lugar de buscar a transformação, há a possibilidade de assumir o *Poder Legitimador* como forma de atuação, porém fora das instâncias decisórias institucionais. Por intermédio da posição do intelectual há a confirmação e afirmação da legalidade do poder instituído; e, valendo-se deste aval, o governo assume ou recupera a credibilidade em descrédito. Deste modo, há a projeção das concepções conservadoras, e os pensadores detentores destas correntes lançam-se em defesa do poder ao qual se mantêm, de alguma forma, vinculados (COSER, 1980, p. 151).

Por outro lado, esta estratégia pode transformar-se em arena de disputa e tensão, diante da possibilidade de outros intelectuais reforçarem o discurso da mudança, com o intuito de favorecerem novas fórmulas políticas (COSER, 1980, p. 150). Assim, evidencia-se a instabilidade e debilidade do poder institucional em busca de afirmação.

Por fim, há o tipo de ação que mira a decadência interna contemporânea, ao estabelecer comparações com períodos anteriores, ou ao cenário de países vizinhos. Adotam posição desdenhosa com a cultura e a sociedade local, pelo declínio moral e político, que afetaria a soberania e o esplendor perdido em algum momento da história. Com esta posição, têm como objetivos a erosão das bases sociais, culturais e políticas vigentes, para a restauração do sistema anterior ao período de declínio, ou a adoção de um modelo estrangeiro. Coser (1980, p. 153-154) entende este tipo de concepção com a finalidade de buscar a *Salvação no Estrangeiro*.

A partir desta breve revista nas categorias utilizadas por Lewis Coser, é possível estabelecer exames de alguns tipos de grupos e intelectuais de direita extremista e/ou conservadora, no intuito de mapear seu espaço de ação e seus objetivos políticos, em relação aos seus projetos e ao poder institucional. O período rico para essas análises está delimitado

entre a última década do século XIX até os anos 1930, por contemplar a ascensão dos movimentos em questão: em reação à projeção dos movimentos e partidos de esquerda, com ênfase às agremiações socialistas; em resposta à adesão dos respectivos Estados ao modelo democrático liberal, com a participação de extratos subalternos na política, antes território monopolizado pela aristocracia, e por fim; incentivados pelos nacionalismos insuflados pelas campanhas imperialistas.

A consolidação de explicações ao conceito demonstra-se complexa, em vista do uso constante e arbitrário de “conservador” como simples meio de adjetivar, como consequência, houve desgaste e perda de coerência explicativa. Para Bonazzi (1999, p. 242), o *conservadorismo* manifesta sua definição por meio de ideias e práticas que objetivam a manutenção de determinado sistema político, representando-se como oposição às concepções inovadoras.

Neste aspecto, a posição conservadora, portanto, não deve ser confundida com a interpretação de moderação, ou investimento em alterações de baixo impacto na ordem política, social ou econômica. O conservadorismo significa o fechamento às inovações sob a ameaça de ruptura com a ordem anterior. Demonstrem-se, assim, refratários às alterações em curso, proporcionadas no contexto em que estão inseridos.

Aos indivíduos e, com maior ênfase, aos grupos que nos detemos, há o forte sentimento reativo à ação das camadas subalternas em direção à política, seja por meio da organização de movimentos de pressão, seja pela representação do voto popular. Deste modo, Norberto Bobbio (1995, p. 50) apresenta que, em casos de extremismos ideológicos, os vetores de oposição alternam-se, não mais associados aos polos de esquerda e direita, mas entre moderantismo e extremismo. Para o intelectual italiano, os extremismos de esquerda e direita encontram consonância na rejeição à democracia, ainda que se considere as suas finalidades distintas. Para Bobbio, tal consonância encontra sua explicação a partir da rejeição das concepções iluministas, pela perspectiva da igualdade encontrada nos direitos universais do homem e do cidadão, amplamente rejeitada pelas concepções adeptas ao sindicalismo e ao corporativismo (conforme são os casos da *Action Française* e do Integralismo Lusitano), seja pelo individualismo, encontrado nas democracias liberais e recusado pelas correntes extremistas de esquerda e direita.

Entre os fins do século XIX e início do XX, são sensíveis as alterações na dinâmica política, com a deterioração das bases das monarquias em alguns países, ascensão das repúblicas liberais, organização de movimentos de massas com reivindicações de participação política e ascensão dos partidos e movimentos de esquerda, genericamente chamados de socialistas. Diante deste cenário, situamos os autores elencados como conservadores e, conseqüentemente, refratários às alterações no jogo político institucional, em vista de suas críticas ou desconfianças relacionadas às alterações e inovações no jogo político que lhes foi contemporâneo.

Um dos representantes desta vaga conservadora é Gustave Le Bon, autor de *Psico-*

logia das Massas (LE BON, 1895). A primeira edição da obra está inserida no período de mobilizações populares com pautas de reivindicação política por melhorias sociais que afetavam o cotidiano e o mundo do trabalho. Muitas destas manifestações foram coordenadas por sindicatos ou partidos de esquerda, o que acarretou insegurança aos capitalistas e aristocratas.

Deste modo, Le Bon observou a tomada de posição organizada e em grande número, proveniente das camadas populares como algo passível de estudos. Afetado pelas teorias raciais vigentes no espaço científico, o autor dissertou sobre a existência da “alma” da “raça”, onde os indivíduos seriam portadores desta herança. Porém, no final do século XIX, a reunião em grupos politicamente mobilizados inaugurou um fenômeno, segundo Le Bon, resultante de características psicológicas novas, sobrepostas mesmo às definições rúscas de cada nação (LE BON, 1895, p. I).

Logo, se transferia para o terreno mental, aspectos que tinham suas raízes na má distribuição de direitos políticos e sociais. Deste modo, o meio de sanear os distúrbios não estava em deliberações parlamentares e modificação do sistema de poder, mas em tratamento clínico. Assim, Le Bon legitimava o poder instituído ao recusar identificar as organizações das “massas” como consequências de injustiças econômicas, políticas e sociais. O problema estaria na psicologia dessas “massas”. As atitudes tomadas por estas grandes aglomerações, segundo o autor, sempre possuíam como ponto comum a inconsciência, “mas esta inconsciência é talvez o segredo de sua força” (LE BON, 1895, p. VI, tradução livre).

A imagem de “massa embrutecida e inconsciente” foi retomada por outros intelectuais, entre os quais líderes de movimentos conservadores, como o caso da *Action Française* e do Integralismo Lusitano, trabalhados a seguir. Assim, era retirada dos indivíduos que se organizavam qualquer capacidade de análise e reflexão dos males que os afligiam cotidianamente. A incapacidade de Le Bon compreender as bandeiras de luta levou o autor a interpretar estas manifestações como inconscientes, visto que não se enquadravam em formas políticas de manifestação antes presenciadas.

Neste conjunto de causas para a eclosão daquilo que considerava sintomas psicológicos, estavam inseridas transformações contemporâneas, tais como o declínio da religiosidade e das crenças sociais e políticas, e a ascensão da ciência enquanto fórmula explicativa do mundo. Em vista destas alterações, as civilizações que antes foram conduzidas pela aristocracia intelectual, encontram o declínio, em razão das massas possuírem somente potência para a destruição (LE BON, 1895, p. 6).

Caso utilizadas as categorias explicativas de Coser, neste caso, Le Bon poderia ser inserido na definição do *Poder Legitimador*, visto que busca a desmobilização das insurreições populares, ou a descaracterização política de suas pautas de reivindicação, com atestados de distúrbios psicológicos que afetavam as massas.

Igualmente, Le Bon se inseriria no grupo de intelectuais que buscavam *Salvação no Estrangeiro*. As análises do intelectual são pessimistas em relação à contemporaneidade vivida, e isso fica explícito ao observar os supostos danos causados pela insubordinação das massas na civilização antes conduzida pela aristocracia intelectual. Para o referido autor, as camadas populares estavam imersas nas paixões e alheias a qualquer concepção filosófica mais rigorosa. Deste modo seriam facilmente arrastadas por discursos vazios, embora sedutores, o que constituiria uma ameaça ao poder instituído.

Durante as eleições democráticas, Le Bon detectou algumas características agravantes dos sintomas, mesmo em meio à heterogeneidade imersa nas massas. Entre estes aspectos destacam-se a racionalidade débil, a abstenção do espírito crítico, a irritabilidade, a credulidade e o simplismo (LE BON, 1895, p. 161). A democracia seria perniciosa à organização política do Estado por ter grupos organizados de formas irracionais, de acordo com a análise do autor, na seleção da liderança do país.

Tais considerações negativas à democracia encontraram eco na *Action Française*, organizada em 1899. A sua emergência foi antecedida pela *Ligue de La Patrie Française*, grupo de composição heterogênea, estabelecido pelo fio condutor de oposição aos defensores de Alfred Dreyfus.¹ Em confronto com a *Ligue des Droits de l'Homme* e outros movimentos de defesa do oficial judeu, muniram-se no interior da *Ligue de La Patrie Française* católicos, conservadores e nacionalistas. Nestes agrupamentos em reação ao Caso Dreyfus encontraram-se Louis Dimier, Gabriel Syveton, Henri Vougeois e Maurras, alguns dos quais os responsáveis pela *Action Française* (WEBER, 1985, p. 34).

Segundo Eugen Weber (1985, p. 37, tradução livre), a proposta do movimento, surgido em junho de 1899 foi "criar um vínculo mais estreito entre o Povo e estes homens de alta cultura, cuja ação teria como primeiro resultado a expansão da Pátria Francesa". Demarcavam, portanto, o lugar entre os "homens de alta cultura" em relação ao restante da população onde aqueles teriam a função de coordenar e dirigir o país para o progresso. Este seria o antídoto para o declínio nacional, interpretado pelos membros da *Action Française*. Urbata (2016) apresenta trecho da *Revue de l'Action Française*, de 1899, no qual se destaca a postura católica fundida ao nacionalismo. Podem ser percebidos também o antiparlamentarismo e a oposição ao liberalismo como bandeiras iniciais do movimento:

A França é católica e deve, portanto, se livrar dos protestantes, dos maçons e dos judeus; a França é agrícola, ela tem a necessidade de uma política protecionista e de um movimento de retorno à terra; a França é militar portanto, a glória de suas forças armadas são condição de seu orgulho; ela é republicana, não democrata. (VRBATA, 2006, p. 25, tradução livre).

Após a entrada de Maurras no movimento, alguns pontos evidenciados tomaram maior destaque, outros foram abandonados. O movimento apresentava os seguintes aspectos: a oposição à democracia; a preponderância do catolicismo e combate à maçonaria, ao protestantismo e ao judaísmo; a crença em que a propriedade rural forneceria proteção

contra a contaminação moral da sociedade burguesa e, por último; o armamentismo. Estes pontos foram mantidos por Maurras, mas o republicanismo – tal como o liberalismo e a monarquia constitucional – foi uma das causas que passaram a ser combatidas após sua inserção na *Action Française*.

Maurras organizou sua teoria, ou a reformulação da *Action Française*, sob a afirmação do tradicionalismo, do nacionalismo monárquico e da religiosidade. Como reflexo do pessimismo em relação às concepções liberais, o autor compreendia os finais do século XIX e primeiros anos do XX como período de depressão moral e corrupção do nacionalismo francês. Maurras declarava ser a França o produto acabado da religião católica. Ambas seriam as responsáveis por salvaguardar a integridade da sociedade Ocidental, firmada sob a égide cristã e greco-romana (VRBATA, 2006, p. 26).

Deste modo, o autor entendia que os destinos da França e da Igreja católica estariam interligados, diante da necessidade de resistirem às “invasões bárbaras” promovidas pelos judeus, protestantes e maçons. A barbárie, na compreensão de Maurras, recaía sobre estes personagens pela corrupção promovida por eles à aristocracia no poder, a partir de uma seleção às avessas, conforme o autor entendia ser a votação democrática, por dotar, segundo Charles Maurras (1925, p. 206-207), os menos capacitados do direito de escolher os governantes da nação. Portanto, por meio da concepção maurrasiana, liberalismo e democracia seriam exógenos à França, e a fixação destes resultou na debilidade interna do país.

Em combate aos elementos de instabilidade indicados, formulava-se a solução inicial para conter tais “assédios estrangeiros”: catolicizar a França novamente, pois “Não há catolicismo real sem esta aspiração em catolicizar a nação em corpo e Estado, expressão política da nação” (MAURRAS, 1926, 266, tradução livre). A derrota da França, em 1870, na Guerra Franco-Prussiana, nas palavras de Maurras, foi consequência do desprendimento nacional de sua linhagem católica. Este afrouxamento dos laços tradicionais de nação e religião, segundo o autor, foi resultado da imposição alemã que já se mostrava vitoriosa.

Deste modo, as crenças, o orgulho e as possessões territoriais perdidas naquele conflito, só seriam recuperados se retomado o pensamento católico. O autor afirmava que: “O que perdia a França em 1870, o catolicismo, em grande parte, o perdia, mesmo ao espiritual, porque o vencedor impôs sua filosofia e sua cultura ao mundo. O que a França recuperará será também recuperado pelo pensamento católico” (MAURRAS, 1917, p. 60, tradução livre).

Além de conceber o catolicismo como elemento inerente ao nacionalismo francês, Maurras entendia o modelo monárquico como componente deste nacionalismo. No projeto político da *Action Française* – reformulado por Maurras, portanto, convertido ao monarquismo – havia a crítica à República democrática. Neste sentido, Eugen Weber (1985, p. 42, tradução livre) atribui o sucesso da *Action Française* à combinação do “radicalismo popular dos nacionalistas com o culto reacionário das elites monárquicas”.

Consonante às críticas direcionadas ao liberalismo e à democracia e ao reforço ao modelo de monarquia orgânica proposto, os membros da *Action Française* afirmavam que a divisão do Poder entre os representantes da população, fracionando-o, tornaria a estabilidade de difícil alcance, diante da multiplicidade de anseios que revestiriam as esferas decisórias. Em razão disso, Maurras dissertava:

Os perigos do poder são grandes? Bem menores que os riscos de faltar poder. Mas o poder tem mais chance de faltar quando ele é tido por um ou por mil? O poder dos mil adiciona inconvenientes, abusos excessivos que são naturais a toda a autoridade que tem chance maior de não ser suficiente e de recusar aos povos seu direito de serem governados. O poder de um só, menos exposto a este infortúnio, comporta uma probabilidade de salvação maior. (MAURRAS, 1925, p. LXXVII, tradução livre).

Em resposta a estes perigos representados pela democracia, considerava-se a hereditariedade do poder o melhor critério seletivo para a escolha do governante. Diante de séculos de exercício de governo, segundo o membro da *Action Française*, não haveria indivíduo melhor capacitado senão o herdeiro da linhagem dinástica para assumir os rumos da Nação. Em via oposta, o sufrágio popular atribuiria responsabilidades a quem não estaria habilitado a cumpri-las. Nesta perspectiva, haja vista o pouco contato que a população possuía com a política e com as formas de governo, naturalmente, as escolhas de representantes não corresponderiam às necessidades do país.

Charles Maurras elegeu, portanto, a monarquia hereditária e a nobreza de sangue como elementos aptos ao trato dos mecanismos de governo. A Monarquia, em oposição ao liberalismo, era essencial para a manutenção da soberania da França. De outro modo, as existências do país e da nação estariam em risco. Segundo ele, "A França tem necessidade da Monarquia, si por uma razão outra, ela não possa ter esta necessidade, será (por inanição ou por alguma razão outra de conseqüente fraqueza física) o fim da França" (MAURRAS, 1925, p. 193, tradução livre). Diante do perigo de ter violada a soberania por influências estrangeiras – risco aberto pelas eleições – ficaria igualmente descartado o modelo de monarquia constitucional ou parlamentar. Ainda que se considerasse a existência da figura do rei, o parlamentarismo incitaria à competição entre os partidos e, em casos extremos, provocaria a guerra civil.

Por intermédio das concepções de combate ao liberalismo político e ao anseio pelo Estado centralizado politicamente, Georges Sorel se viu simpático, no fim de sua vida, à parcela das propostas mantidas pelo grupo de Maurras. Utilizando-se das categorias de Coseriu, a *Action Française* não se articulou tampouco buscou articulação, salvo melhor juízo, com a República francesa. Portanto, manteve-se ao longo de sua atuação política, fora do poder institucional. Em sua concepção, havia forte teor decadentista da "civilização" cristã, e esta seria resgatada tão somente com a recuperação da religiosidade e da monarquia orgânica, e, portanto, com a suspensão do liberalismo e da democracia, trazidas pelo iluminismo e pela Revolução Francesa. Deste modo, o grupo de Maurras inserir-se-ia, tal

como Le Bon, na definição de que a contemporaneidade é tomada pela decadência, e a salvação estaria fora deste cenário.

Sorel é um caso distinto, demarcado pela própria trajetória. Possui atuação no marxismo revisionista, com a mobilização do sindicalismo revolucionário e, progressivamente, migrou para a extrema-direita, porém manteve suas concepções de sindicalização. Em *Réflexions sur la violence*, cuja primeira edição é de 1908, Sorel (1946, p. 59-60, tradução livre) dizia ser o sindicalismo revolucionário o mantenedor do “espírito grevista entre as massas e [este] não prospera sem as greves notáveis, conduzidas com violência”. Deste modo, percebe-se que a atuação do autor se fazia distinta da mantida pela *Action Française* em relação às camadas populares, tidas para Sorel como imprescindíveis para a mobilização do sindicato revolucionário, enquanto para Charles Maurras e seus movimentos defendiam serem grupos que não deveriam ter o menor acesso às esferas decisórias, de domínio restrito da aristocracia nobiliárquica.

Sternhell, Sznadger e Asheri (1994, p. 75) afirmam que a demarcação política de Sorel foi definida em 1909, quando se percebe a inclinação a posições mais conservadoras, ao combater a democracia burguesa. Antes disso, Sorel (1946, p. 64) mantinha-se engajado na mobilização operária, com destaque à função da violência nesta tarefa para a conquista do que chamava de socialismo contemporâneo. Deste modo, Sorel (1946, p. 168, tradução livre) apresentava a violência associada ao sindicalismo com finalidade ao socialismo nos termos de que:

Os sindicatos revolucionários raciocinam sobre a ação socialista exatamente da mesma maneira que os escritores militares pensam a guerra; encerram todo o socialismo no interior da greve geral; eles observam toda a combinação para alcançar este feito; veem em cada greve uma imitação reduzida, um ensaio, a preparação para a grande agitação final.

Todavia, mesmo em *Réflexions sur la violence*, a democracia era algo que deveria ser mantido a distância de combate pelo operariado. Para Sorel o processo eleitoral nos termos liberais seria de difícil compreensão ao operariado e demais grupos da sociedade. Ainda segundo o autor, tais grupos possuíam pouca inteligência em história econômica e não possuíam qualquer conhecimento em termos políticos, pois buscavam associar-se ao lado que melhor demonstrasse sua força (SOREL, 1946, p. 104). Deste modo, se constata em Georges Sorel, assim como nas teorias de Le Bon ou da *Action Française*, a percepção de diferenciação entre si como intelectual, e o restante da população, como segmento cognitivamente medíocre.

Diante das limitações detectadas por Sorel nos grupos subalternos, havia a crença do caráter maléfico da democracia ao movimento operário, por meio do sufrágio universal, da legislação social, da educação pública e da liberdade de imprensa (STERNHELL; SZNADJER; ASHERI, 1994, p. 52). As críticas estendiam-se mesmo aos socialistas que buscavam a via parlamentar para a execução de seus programas.

Para Sorel (1946, p. 77), durante a prática eleitoral, os socialistas se utilizavam das paixões, invejas e ódios para alcançarem o sucesso eleitoral. Portanto, o caminho parlamentar estaria vetado à iniciativa socialista, em vista da natureza liberal vinculada à democracia, e ao sufrágio universal. Além disso, os socialistas parlamentares, segundo Sorel, reduziam a luta de classes tão somente ao instrumento para angariar votos, por intermédio das invejas e ódios interclassistas.

A partir de *Materiaux d'une théorie du prolétariat* a aproximação entre Sorel e a *Action Française* toma maior evidência. Embora as críticas ao capitalismo e à sociedade burguesa estivessem mantidas, o ímpeto socialista se arrefeceu, e as críticas ao marxismo abandonaram o reformismo, para adotar aspectos mais incisivos. Por outro lado, o interesse pela conservação da moral e da religiosidade como reflexo do engrandecimento da nação tomou vigor nesta obra, em detrimento de *Réflexions sur la Violence*.

Portanto, há a aproximação com Maurras, por exemplo, quando Sorel manteve seus ataques à democracia, porém, com interesse na preservação das tradições ou, em suas palavras: "A democracia causa, em todos os países, a ruína das forças que mantem, ainda pouco vivas as tradições nacionais" (SOREL, 1921, p. 15, tradução livre). Além disso, o teor revolucionário da proposta sindical tornou-se mais moderado, em detrimento da crescente valorização da tradição, o que assinala, conforme dito, a aproximação com os projetos da *Action Française*, visto que: "As tradições nacionais constituem um elementos considerável na teoria da organização operária [...], e esta verdade aparece com clareza particular quando se trata do sindicalismo" (SOREL, 1921, p. 46, tradução livre).

Além destes aspectos destacados, houve a projeção do papel do intelectual como liderança sobre os destinos da sociedade nesta obra. Se em *Réflexions sur la Violence* o sindicalismo revolucionário assumia a principal preocupação de Sorel, posteriormente, houve a divisão de interesses em *Matériaux d'une théorie du prolétariat*. Nesta última, Sorel considera o intelectual como agente fundamental para a condução da política. Coube a este "persuadir os trabalhadores que seu interesse é suportar o poder e aceitar a hierarquia das capacidades, que coloca os trabalhadores sob a direção dos homens políticos" (SOREL, 1921, p. 58, tradução livre).

Diferente de Maurras e seu grupo, Sorel admite o contato com os trabalhadores, porém sob a condição de que estes estivessem mobilizados a partir das ordens dos homens políticos, inclusive, neste caso, os intelectuais. Portanto, constata-se a distinção significativa entre as posições de Sorel e Maurras, pois se este recusava a inserir-se no poder, senão segundo seus próprios direcionamentos, Sorel entendia o intelectual como figura de proa para a "domesticação" do proletariado, imbuindo-o de função política.

Por outro lado, a moralidade assume similaridade na *Action Française* e em Sorel, por sua importância em ambos os casos. A afirmação adquire relevo quando se observa a finalidade que Sorel deposita na *trade-union*, pois a considera "uma escola excelente para os trabalhadores, cuja moralidade foi transformada; os sindicatos formaram, portanto, os

melhores elementos das profissões” (SOREL, 1921, p. 62).

Outro ponto de atração entre Sorel e o grupo de Maurras esteve no horror nutrido por ambos em relação aos direitos burgueses, surgidos durante o Iluminismo, com destaque para a Revolução Francesa. Conforme visto anteriormente, Maurras sustentava que esta deflagração culminou no colapso da ordem hierárquica estruturada sobre a hereditariedade e a nobreza, e forneceu espaço para a corrupção e a fragmentação da soberania francesa, por afastar-se das “raízes” da nação, baseadas na monarquia orgânica e na religiosidade.

Sorel nutria repúdio similar à Revolução Francesa, em virtude desta ter substituído, segundo ele, as batalhas sangrentas pelos golpes dos mediócrs e as guerras civis. Assim, o Estado, depois de 1789, por mais robusto que pudesse parecer, poderia erodir suas bases, em vista de sustentar-se sobre pessoas mediócrs (SOREL, 1921, p. 23). Neste sentido, Sternhell, Sznadje e Asheri (1994, p. 78) examinam que Sorel desenvolveu rejeição aos valores derivados do iluminismo, em razão de fixarem-se sobre a matriz burguesa. Por outro lado, observou-se seu respeito pelas tradições. Neste sentido, o combate à filosofia iluminista e ao antimaterialismo forneceu suporte ao estreitamento entre sua teoria e a *Action Française*.

Adepto destas concepções foi, igualmente, o Integralismo Lusitano. O grupo foi consolidado por meio do exílio resultante de ações golpistas contra a República portuguesa de 1910, no intuito de restabelecer a monarquia. O exílio imposto aos participantes, ocorrido em 1912, forneceu possibilidade de enriquecimento teórico às posturas reacionárias dos futuros integralistas, expatriados naquele momento. A experiência de desterro contribuiu ao aproximar estes colegas das concepções reacionárias em voga na Europa, especialmente, das ideias advindas da *Action Française*. No entanto, não se deve sobrevalorizar o papel deste contato dos exilados com os pensamentos contrarrevolucionários de outros países, para a consolidação do arcabouço do IL.

Ana Isabel Devignes (2006, p. 64) demonstra que houve também, da parte dos integralistas lusitanos, a apropriação de leituras de outros autores, tais como Gustave Le Bon, feitas por Sardinha ainda em 1908, portanto, durante sua fase republicana. Embora a pesquisadora afirme a incompletude do arcabouço intelectual de Antonio Sardinha em seu período como estudante da Universidade de Coimbra, é possível detectar concepções derivadas tanto de Le Bon, quanto da *Action Française*, nas obras do mentor do IL. Em grande medida, os exames de Le Bon não afrontavam as bases doutrinárias do movimento de Maurras, ambos foram complementares para Sardinha constituir sua teoria antidemocrática para o Integralismo Lusitano.

Aspectos acerca do efeito que as massas proporcionariam sobre o indivíduo, presentes em *Psychologie des Foules* (LE BON, 1895) são encontrados convertidos em ataques à democracia, nos periódicos da *Action Française* e do Integralismo Lusitano. Sardinha toma de Le Bon a ideia de que as massas são conduzidas pelas paixões, sendo vulneráveis aos discursos do “orador que deseja seduzir [em reuniões populares]” e que por isso

“deve abusar das afirmações violentas. Exagerar, afirmar, repetir, e nunca tentar demonstrar pela razão, [...]” (LE BON, 1895, p. 39, tradução livre). Concomitantemente, apropria-se de Maurras (1926, p. 330) que assinalava que estes discursos, no intuito de despertar as emoções, típicos do liberalismo, contribuiriam apenas para a tirania da maioria.

Por outro lado, em contraste com as opiniões de Le Bon (1895, p. 57) a respeito da religiosidade, como resultante da imaginação coletiva, os integralistas lusitanos optaram pelo catolicismo inerente aos seus membros, e consonante com o sustentado pela *Action Française*. Deste modo, as apropriações do Integralismo Lusitano não foram derivadas somente do movimento de Charles Maurras, mas receberam contribuições de amplo repertório do conservadorismo europeu dos finais do século XIX e início do XX.

O batismo do grupo integralista ocorreu em Gand, na Bélgica, a partir do lançamento da revista *Alma Portuguesa*, em 1913. Em seu subtítulo constava “órgão do Integralismo Lusitano”. Influenciados pelas concepções conservadoras que circulavam na Europa, o grupo de ex-estudantes da Universidade de Coimbra, neste momento desterrado de Portugal, organizou a referida revista.

Almeida Braga foi o responsável pela fundação da *Alma Portuguesa*. Por meio dessa iniciativa, possuía a intenção de “pugnar pela ‘regeneração’ artística do país” (MARTINS, 2010, p. 89). Nas palavras de Hipólito Raposo (1929, p. 37), “A revista destinava-se a combater a tendência racionalista e anti-nacional de uma publicação do Porto, intitulada *A Águia*, em que se reunia a flôr dos talentos republicanos da época”. Ainda que se afirmasse como “[...] conjunto programático de ideais relacionados com o reavivar a ‘chama’ do patriotismo que liga ‘um povo a sua terra’” (GONÇALVES, 2009, p. 26), a publicação manteve suas críticas restritas aos campos da arte e da literatura, preocupações mantidas por Luís de Almeida Braga e seus colegas, ainda nos períodos da Universidade de Coimbra.

As atenções voltadas à “inteligência”, em detrimento dos assuntos políticos, permearam a primeira fase do movimento, em razão de rejeitarem os debates parlamentares vigentes na primeira República. António Sardinha (1940, p. 26-27), assim como os demais integrantes, analisava o período vivido por Portugal no início do século XX como “crise de inteligência” agravada pela “avariose política”. Portanto, as inquietações voltadas aos temas intelectuais e nacionais não passavam pela política, em virtude da baixa estima possuída por esta, entre os colegas de Coimbra.

A manutenção do enfoque nos campos culturais e intelectuais e a rejeição em abordar assuntos políticos tornavam-se evidentes pelo título dado à revista, ou seja, “*Alma Portuguesa*: Revista de filosofia, literatura e arte, sociologia, educação, instrução e actualidades” (CRUZ, 1982, p. 138). Além disso, a duração efêmera da publicação, com edições lançadas somente em maio e setembro, conspirou para que esta se constituísse como esboço do Integralismo Lusitano, e não mais que isso. Melhor sorte desfrutou a *Nação Portuguesa*.

Da reunião de Sardinha com Hipólito Raposo e Alberto Monsaraz, em Figueira da Foz

(Portugal), em setembro de 1913, foi elaborada a revista *Nação Portuguesa*, com primeira edição em janeiro de 1914, e com períodos de interrupção, estendeu-se até 1926. Em *Integralismo Lusitano*, Leão Ramos Ascensão – colaborador da revista criada por Sardinha, Raposo e Monsaraz, e integralista de terceira geração – destacou a importância deste periódico: “Com a revista *Nação Portuguesa* criou-se o movimento denominado ‘*Integralismo Lusitano*’. A organização, porém, só aparece em 1916. Em abril desse ano publicava-se o primeiro manifesto subscrito pela Junta Central do Integralismo Lusitano” (ASCENSÃO, 1943, p. 21). Antônio Costa Pinto (1982, p. 1409) afirma que o lançamento da *Nação Portuguesa* se configura como o marco de formação do Integralismo Lusitano. Diz ele: “Enquanto movimento intelectual e político, com o mínimo de unidade orgânica o Integralismo Lusitano mantém-se em atividade entre 1914 (data de lançamento d’A *Nação Portuguesa*) e 1922, quando a sua Junta Central decreta a autodissolução” (PINTO, 1982, p. 1409). Observa-se a relevância dada a revista, enquanto elemento de articulação e consolidação do movimento.

Deste modo, foram elaboradas alternativas políticas ao regime vigente e reforçada, igualmente, a oposição à monarquia constitucional inaugurada em 1820. Com a inclusão dos componentes de *Alma Portuguesa*, o movimento tornou-se ainda mais receptivo às concepções conservadoras e antiliberais estrangeiras.

Embora o exílio estabelecesse o distanciamento geográfico entre os integralistas, os laços criados em Coimbra não se dissolveram. Haja vista a manutenção dos vínculos de amizade, o retorno dos expatriados resultou na reorganização do círculo de relações existente no período acadêmico, em que as concepções de elitismo intelectual, do conservadorismo e do municipalismo mantinham-se intactas. Por intermédio das experiências vividas após 1910, houve a aproximação dos posicionamentos políticos, antes díspares. Com o retorno dos expatriados a Portugal, os projetos dos integralistas encontraram confluência, inicialmente, em torno da rejeição aos projetos liberais. Posteriormente, estes vínculos se concretizariam ao redor das propostas nacionalistas desenhadas no interior do Integralismo Lusitano.

Os anos de 1917 e 1918 constituíram o período em que o Integralismo Lusitano mais se aproximou das instâncias de poder, ao oferecer representantes parlamentares, embora rejeitasse em sua doutrina o liberalismo e o sufrágio democrático. Para que isso ocorresse, o cenário político de Portugal passou por modificações, que mobilizaram os monarquistas orgânicos à disputa política de maneira mais intensa durante o governo de Sidónio Pais.

O entusiasmo pela suspensão do regime liberal, ocorrida em dezembro de 1917, não deixou de afetar a doutrina do Integralismo Lusitano. Após a ascensão de Sidónio Pais, a promessa de aliança à República nova foi quase imediata: “É preciso na crise que se acentua, que forneçamos à autoridade os elementos de informação e de acção que possamos por ventura dispor. Não representa esta atitude uma abdicação” (SARDINHA, 1918b, p. 1). O discurso de ordem, organização e força empregada para fins políticos entusiasmou os

integralistas, ainda que estes afirmassem a fidelidade ao projeto monárquico corporativo.

O apoio a Pais se deu pela crença em que, ao suspender o regime e promover a estabilização política, Sidonio Pais seguia as doutrinas apresentadas pelo movimento e anotavam: “É com a alma remanescente da Pátria que o Sr. Sidónio Paes se encontra colaborando, por uma lei misteriosa da história, nos trabalhos preliminares da verdadeira restauração de Portugal” (REDACÇÃO, 1918, p. 1). Acreditavam os integralistas que ao auxiliarem Pais conspirariam a favor da defesa de seus próprios projetos.

Mesmo diante do respaldo oferecido, os integralistas não deixaram de pressionar o novo governo, no intuito de revogar a organização republicana. Nas páginas de *A Monarquia*, dos primeiros meses de 1918, eram fartas as comparações entre a república e a monarquia corporativa, sempre em exaltação da segunda. Nessa linha de pensamento, Luís de Almeida Braga (1918, p. 1) asseverava que: “O integralista considera a Patria a sua realidade histórica, os republicanos consideram de uma maneira abstracta, sem raízes no passado”.

Para os integralistas, os caminhos deveriam levar à Monarquia Orgânica e, para isso, a democracia liberal e o constitucionalismo teriam de ser abolidos. Com a ascensão de Pais, a permanência de um ditador, embora republicano, era vista com menor apreensão em comparação à proposta de retorno às votações para representante das esferas políticas.

No entanto, a simpatia dos integralistas começou a se desgastar, a partir dos sinais dados por Sidónio de que a República seria o regime da ditadura, embora isso não fosse afirmado abertamente. A República nova passou a ser vista por outro viés, ao considerarem a formação política do “Presidente-rei”, o que apontava para a impossibilidade da monarquia ser restaurada. Sobre o assunto, Hipólito Raposo (1918, p. 1) dizia:

O sr. Sidonio Pais, republicano, não fará a Monarquia, porque a sua dignidade o impede de trair as suas convicções e nem nós precisamos de lhe ficar devendo o favor de se substituir a origem normal dos acontecimentos que dominarão toda a lógica, toda a força e todo o delírio sentimental dos articulistas românticos do regimen.

Sob o governo de Pais, o integralismo passou a sofrer tensão entre o pragmatismo e a ortodoxia de seus projetos políticos. Afirmavam-se apoiadores do governo, enquanto a Ditadura estava imbuída do programa de “*morte ao democratismo, restabelecimento das liberdades publicas e moralidade na administração*” (MONTEIRO, 1918, p. 1). Todavia, os integralistas revelavam-se descontentes com o cumprimento parcial de seus anseios, em face da ditadura estabelecer-se sobre a organização republicana. Esta tensão entre o apoio político a um regime republicano, ainda que ditatorial, e o projeto monárquico-corporativo se fez evidente durante as eleições de abril de 1918.

Os integralistas exigiam a revogação da república, além de condicionar o apoio a Sidónio ao bem-estar da Nação. Segundo os membros do Integralismo Lusitano, tal cenário

positivo para o país estaria relacionado à Monarquia orgânica: “O apoio que os monárquicos davam à república nova tinha razão de existir enquanto [sic!] ela fazia política *nacional*, e de forma alguma poderá se manter numa época em que o Sidonismo fez política partidária [...]” (SARDINHA, 1918a, p. 1).

Assim, afirmavam que a aliança estabelecida entre adeptos da Monarquia orgânica e a República nova era transitória e voltada aos projetos do Integralismo Lusitano para a nação. Antes de António Sardinha, Augusto da Costa já se pronunciava contra a vinculação do grupo ao governo, pois a estratégia se demonstrou pouco promissora aos integralistas: “Continuando a servir a república [sic!] em vez de querer servir a Nação que nele viria o destruidor da demagogia, o senhor Sidónio Pais viu-se na necessidade de capitular perante as imposições dessa mesma demagogia que ele julgava ter destruído de vez.” (COSTA, 1918b, p. 1). As críticas eram originárias da organização ministerial estabelecidas por Pais, pois, os nomes apresentados abrangiam integrantes da República de 1910.

Assim, o entusiasmo inicial deu lugar às críticas ao governo de Sidónio Pais. Os integralistas perceberam que Pais era irredutível quanto à questão do regime ao assumir o posto de Ditador da República nova. Deste modo, passaram a atacar as alianças estabelecidas e a criticar as opções políticas macroestruturais do presidente. Xavier Cordeiro (1918, p. 1) demonstrou-se frustrado com as poucas mudanças existentes na Ditadura: “Ora, a República, nem pelo fato de ser *nova* deixa de ser república, assim como seus adeptos não deixaram de reivindicar para si uma pura fé republicana”. Tal opinião era compartilhada entre os colaboradores de *A Monarquia*, levando-os, nos finais de 1918, a retomarem as exigências por um rei ocupante do trono corporativo.

Nesta perspectiva, o rei não estaria salvo do erro, diante de sua natureza humana, no entanto, em virtude de se preocupar com a hereditariedade dinástica, seria o primeiro interessado em evitar o equívoco, o que não acontecia com a democracia liberal, por não haver a permanência no Poder. Diziam os integralistas: “O mesmo não acontece com os ministros, porque safado do ministério já nada tem que ver com os erros que praticavam. Nenhuma responsabilidade lhes pode ser pedida, porque eles não são mais do que mandatários da chamada Soberania da Nação” (COSTA, 1918a, p. 1).

Com o assassinato de Pais, no fim do ano de 1918, o teor da crítica arrefeceu-se, passando o morto a ser retratado como alguém com capacidade e espírito de liderança, porém, enganado por forças que não lhes eram perceptíveis, ou contaminado pelo romantismo político da Revolução Francesa. Para Sardinha, “Na mesma babilônia confusa ficamos nós, depois que uma bala prostrou em plena auréola de glória a figura de Sidonio Paes, já além desfeita, nas incertezas do túmulo” (SARDINHA, 1919, p. 1).

Embora os integralistas nutrissem relação política tensa com o poder, chegaram a inserir-se em suas esferas decisórias, a partir da ditadura de Pais. Diante da baixa inclinação de Sidónio Pais em aderir aos projetos do Integralismo Lusitano, retomaram a posição reativa da fundação do grupo. Deste modo, constata-se o cenário de instabilidade política,

em meio a uma ditadura breve, para se lançarem às tentativas de consolidação de seus projetos, ou seja, a organização da monarquia orgânica, onde Sidónio Pais seria um meio para a organização das bases políticas do regime pretendido.

Considerações Finais

As análises debruçaram-se sobre intelectuais conservadores e seus projetos ou ações políticas em vista da conquista do poder, pela busca de legitimá-lo, ou moldá-lo às concepções políticas defendidas. Embora os grupos e indivíduos examinados fossem de extrema direita, ou nutrissem alguma simpatia à restrição das camadas populares à política, é possível constatar diferentes estratégias para alcançar os objetivos propostos.

Posicionados no pensamento conservador, cabe destacar que este não é homogêneo tampouco monolítico. Seus formadores têm autonomia relativa na construção de suas visões de mundo, e alvos de combate, e o fazem por meio das influências e experiências assumidas ao longo da trajetória, imprevisível e não linear. Embora visassem combate à ordem emergente, majoritariamente à democracia, constituíram modos específicos de agir e articularem seus pensamentos, argumentações e combates, no intuito de afrontar seus alvos e zelar pela legitimação da ordem que buscam defesa.

Portanto, é fundamental observar as distinções, as fronteiras, espaços de contatos e tensões entre os grupos intelectuais. Embora limitados ao reduzido contingente, conforme exposto no início deste artigo, contam com mapeamento dos campos políticos, ideológicos e de sociabilidade bastante complexos, em razão das trajetórias, redes, matrizes intelectuais, entre outros fatores determinantes responsáveis pela pluralidade de concepções componentes do pensamento conservador. De mesmo modo, a generalização “intelectuais” não define com exatidão a heterogeneidade de concepções, propostas e posicionamentos, deste grupo artificialmente estabelecidos, como objeto de pesquisa.

Os integrantes de mesmo grupo podem assumir comportamento distinto do restante, em virtude de suas concepções individuais, trajetórias ou intensidade dos valores defendidos. Diante disto é que a afirmação de Mannheim (1987, p. 138), sobre a dificuldade dos intelectuais articularem-se enquanto classe ou partido, justifica-se. Todavia, as diferenças não devem ser vistas como intransponíveis para articulação de projetos em comum. Por terem formação complexa e heterogênea, composta por variadas matrizes de pensamento, possuem maior facilidade para estreitarem vínculos, momentâneos ou permanentes com concepções e projetos que se avizinhem aos seus. Neste sentido, pensadores de origens distintas, conforme o caso de Sorel e a *Action Française* postaram-se em diálogo pela rejeição às bases do liberalismo e da democracia e, de certo modo, em defesa à tradição e à moralidade presentes nas corporações sindicais, segundo seus valores.

Colocando grupos ou indivíduos compreendidos como “intelectuais” e “conservadores” lado a lado em análise, tornou-se possível perceber que mesmo inseridos nestas cate-

gorias, aspectos importantes são específicos e definidores das posições destes pensadores. Em via oposta, estas distinções ou divergências não tornam o diálogo e o contato inviável entre estes produtores do pensamento conservador. Deste modo, puderam apropriar-se de concepções externas ao grupo, resignificando o arcabouço teórico e adequando-o aos interesses internos e aos projetos nacionais específicos àquela realidade e às expectativas propostas.

Referências

ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano*. Lisboa: Gama, 1943.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário do Pensamento Político*. 12. ed. Brasília: Editora da UnB, 1999. p. 242-246.

BRAGA, Luis de Almeida. Os modos de sentir e pensar a geração nova. *A Monarquia: Diário Integralista da Tarde*, Lisboa, 16 fev. 1918, n. 271, Ano I, p. 1. Lisboa. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051 (Director: Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral).

CAZETTA, Felipe A. *Fórmulas antidemocráticas em terras luso-brasileiras: Análises em torno do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937)*. 2016. 440 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2016.

CORDEIRO, Xavier. Política Religiosa. *A Monarquia: Diário Integralista da Tarde*, Lisboa, 23 set. 1918, n. 474, Ano II. Lisboa. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051 (Director: Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral).

COSER, Lewis A. *Hombres de Ideas: El punto de vista de un sociólogo*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1980.

COSTA, Augusto da. Do Constitucionalismo á Republica. *A Monarquia: Diário Integralista da Tarde*. Lisboa, 25 set. 1918a, n. 476, Ano II. Lisboa. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051 (Director: Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral).

COSTA, Augusto da. Nota Política. *A Monarquia*: Diário Integralista da Tarde, Lisboa, 22 ago. 1918b, n. 447, Ano I, p. 1. Lisboa. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051 (Director: Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral).

CRUZ, Manuel Braga da. O Integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo. *Análise Social*, Lisboa, v. XVIII, n. 70, p. 137-182, 1982.

DEVIGNES, Ana Isabel Sardinha. *António Sardinha (1887-1925): Um Intelectual no Século*. Lisboa: ICS, 2006.

GONÇALVES, Maria Odete Campos S. F. Cordeiro. *Nação e Portugalidade na Obra Literária de Luís Almeida Braga*. 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LE BON, Gustave. *Psicologie des foules*. Paris: Anciennes Librairie Geanner Baillière et Cie, 1895.

MANNHEIM, Karl. *Ideología y Utopía: Introducción a la sociología del conocimiento*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1987.

MARTINS, Fernando. O Segundo Integralismo Lusitano e o Salazarismo: Origens, Decadência e Queda. In: SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Maurício B. Alvarez. *História da Política Autoritária: Integralismo – Nacional Sindicalismo – Nazismo – Fascismos*. Recife: Editora da UFRPE, 2010. p. 89-112.

MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie*. 10. ed. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1925.

MAURRAS, Charles. *Le Pape, la Guerre et la Paix*. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1917.

MAURRAS, Charles. *Les Conditions de la Victoire: La France se sauve elle-même – de Juillet a mi Novembre 1914*. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1926.

MAURRAS, Charles. *Quand les Française ne s'aimaient pas: chronique d'une Renaissance – 1895 – 1905*. 2. ed. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1916.

MONTEIRO, G. de Ayala. Ditos Presidenciaes. *A Monarquia*: Diário Integralista da Tarde, Lisboa, 5 mar. 1918, n. 312, Ano I. Lisboa. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051 (Director: Conde de Monsaraz;

Redactor Chefe: João do Amaral).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

PINTO, António Costa. A Formação do Integralismo Lusitano (1907-17). *Análise Social*, Lisboa, v. XVIII, n. 72-73-74, p. 1409-1419, 1982. 3^o-4^o-5^o.

RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos: L'Action Française e o Integralismo Lusitano*. Lisboa: Livraria Ferrin, 1929.

RAPOSO, Hipólito. Sem Equívocos. *A Monarquia: Diário Integralista da Tarde*, Lisboa, 9 mar. 1918, n. 316, Ano I. Lisboa. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051 (Director: Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral).

REDACÇÃO. O Senhor Sidonio Paes. *A Monarquia: Diário Integralista da Tarde*, Lisboa, 9 jan. 1918, n. 271, Ano I. Lisboa. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051 (Director: Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral).

SARDINHA, António. E Agora? *A Monarquia: Diário Integralista da Tarde*. Lisboa, 8 jan. 1919, n. 515, Ano II. p. 1. Lisboa. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051 (Director: Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral).

SARDINHA, António. Nota Política. *A Monarquia: Diário Integralista da Tarde*, Lisboa, 7 jan. 1918b, n. 269, Ano I. Lisboa. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051 (Director: Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral).

SARDINHA, António. Nota Política. *A Monarquia: Diário Integralista da Tarde*. Lisboa, 4 set. 1918a, n. 458, Ano II. p. 1. Lisboa. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051 (Director: Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral).

SARDINHA, António. O Drama de Fialho (1917). In: SARDINHA, António. *Ao Princípio era o Verbo*. 2. ed. Vila Nova de Famalicão, Portugal: Edições Gama, impresso em Grandes Oficinas Gráficas "Minerva" de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1940. p. 26-27.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-270.

SOREL, George. *Materiaux d'une théorie du prolétariat*. 1. ed. Paris: Marcel Rivière et cie, 1921.

SOREL, George. *Réflexions sur la violence*. 10. ed. Paris: Librairie Marcel Rivière et Cie, 1946.

STERNHELL, Zeev. *La Droit Révolutionnaire – 1885-1914: les origines françaises du fascisme*. Paris: Éditions Seuil, 1978.

STERNHELL, Zeev; SZNADJER, Maria; ASHERI, Maia. *The Birth of fascist ideology: from cultural rebellion to political revolution*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

VRBATA, Ales Tenório Luna. La Philosophie Maurrasienne et les Modalités du Fascisme au Portugal. *Kias Paper*, p. 21-57, 2006. (Cabinet of Ibero-american Studies: Faculty of Humanities: University Hradec Králové).

WEBER, Eugen. *L'Action Française*. Paris: Libraire Arthème Fayard, 1985.

Notas

1 O Caso Dreyfus ocorreu em 1899. Grosso modo, consiste no julgamento do militar judeu Alfred Dreyfus, acusado pelo governo e pelas forças armadas francesas, de vender segredos de guerra para a Alemanha. Mais tarde, descoberta a fraude nas acusações, houve a divisão da opinião pública entre os pró-Dreyfus, reivindicando o julgamento justo; e os anti-Dreyfus, que consideravam a honra do exército e do Poder inatingíveis, devendo permanecer intactas diante do Caso. Subterrâneo a tais polêmicas, o processo contra Dreyfus serviu de combustível ao antissemitismo na França. Aspecto que não foi ignorado pela *Action Française* para promover seu nacionalismo.

Felipe Azevedo CAZETTA. Professor Doutor da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Avenida Rui Braga, S/Nº - Vila Mauricéia Campus Universitário - CEP 39401-089, Montes Claros, SP – Brasil.

Recebido em: 10/06/2016

Aprovado em: 12/12/2016